A IMPORTÂNCIA DA MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

POLIANA CRISTINE DA SILVA PEREIRA

RESUMO
Este artigo analisa a importância da musicalização na Educação Infantil como linguagem essencial para o desenvolvimento integral da criança nas dimensões cognitiva, afetiva, social e motora. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada nas teorias de Vygotsky, Piaget e Brito, o estudo examina como o ensino de música está amparado por marcos legais como a LDB, a BNCC e o Currículo da Cidade de São Paulo. Os resultados evidenciam que a prática musical, quando pautada em uma intencionalidade pedagógica e na vivência estética, transcende o ensino técnico para promover a autonomia, a criatividade e o protagonismo infantil, consolidando-se como um componente estruturante e indispensável para uma formação humana plural e sensível.

PALAVRAS-CHAVE: Musicalização; Educação Infantil; Desenvolvimento Integral; Linguagem Musical.

INTRODUÇÃO

A musicalização na Educação Infantil constitui-se como um elemento fundamental no processo de desenvolvimento integral da criança, configurando-se como linguagem expressiva, cultural e pedagógica. A escolha deste tema fundamenta-se na compreensão de que a música é um instrumento facilitador do processo de aprendizagem, capaz de estimular múltiplas habilidades, tais como atenção, memória, imaginação, percepção, coordenação motora e socialização, consolidando bases essenciais para a construção do conhecimento.

A música está presente na vida humana desde o nascimento, permeando diferentes culturas, contextos sociais e manifestações religiosas. Conforme destaca Godoi (2011), trata-se de uma forma de expressão artística que transita entre o popular e o erudito, integrando a identidade cultural dos povos. Nesse sentido, a linguagem musical ultrapassa fronteiras e gerações, constituindo-se como elemento universal que acompanha a infância e participa ativamente das primeiras interações sociais da criança.

No contexto educacional, a relevância da música é reconhecida pelos documentos oficiais que orientam a prática pedagógica no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reafirmam a música como linguagem artística essencial ao desenvolvimento infantil. A BNCC, ao estabelecer os direitos de aprendizagem — Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se — e organizar a Educação Infantil em campos de experiências, especialmente em "Traços, sons, cores e formas", reconhece a musicalização como experiência formativa que promove expressão, criatividade, sensibilidade estética e ampliação do repertório cultural. O Currículo da Cidade de São Paulo também enfatiza a centralidade das experiências sonoras e musicais como práticas que favorecem o protagonismo infantil e a construção de sentidos.

Sob a perspectiva teórica, autores como Brito (2003; 2010) defendem a musicalização como prática que vai além da reprodução de canções, constituindo-se como vivência significativa que estimula a escuta sensível, a experimentação sonora e a criação. Sousa e Vivaldo (2010) reforçam que a música está intrinsecamente associada às tradições e à cultura de cada época, enquanto Martins (2004) aponta sua contribuição para o desenvolvimento motor, linguístico e afetivo. Assim, quando inserida de forma planejada e intencional no cotidiano escolar, a música favorece aprendizagens lúdicas, fortalece vínculos e amplia possibilidades de interação social.

Este artigo tem como objetivo geral refletir sobre as contribuições da musicalização na Educação Infantil, analisando sua relevância para o desenvolvimento cognitivo e integral da criança. Busca-se, ainda, compreender como as cantigas e demais práticas musicais podem auxiliar no planejamento pedagógi-

co; investigar como a música é contemplada nas políticas educacionais; e discutir as relações entre musicalização e desenvolvimento infantil à luz de estudos acadêmicos.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, fundamentada em obras e estudos já publicados, conforme define Fonseca (2002), ao afirmar que a pesquisa bibliográfica se realiza a partir do levantamento e análise de referenciais teóricos previamente sistematizados em livros, artigos científicos e documentos oficiais.

Considera-se, portanto, que a música, ao dialogar com o corpo, a mente e as emoções, favorece o bem-estar, a autoestima e a construção do saber. Quando trabalhada de maneira lúdica e contextualizada, contribui para o processo de alfabetização, para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e para a formação crítica e criativa da criança. Diante disso, torna-se imprescindível a sensibilização dos educadores para que reconheçam as potencialidades pedagógicas da linguagem musical e repensem suas práticas, assumindo-se como mediadores de experiências significativas que promovam uma educação mais humanizada, sensível e integral.

DESENVOLVIMENTO

A Importância da Música para a Humanidade ao Longo da História: Uma Perspectiva Educacional e Evolutiva

A música acompanha a humanidade desde os primórdios da civilização, constituindo-se como uma das primeiras e mais profundas formas de expressão simbólica e comunicação entre os povos. Presente em rituais, celebrações, práticas religiosas e processos educativos, ela sempre ocupou lugar central na organização social e na formação humana. Ao longo da história, diferentes pensadores reconheceram seu valor formativo, atribuindo-lhe funções que ultrapassam o entretenimento, alcançando dimensões éticas, estéticas, cognitivas e espirituais. Na Grécia Antiga, essa percepção já era consolidada por filósofos como Pitágoras, que defendia a influência intrínseca da música sobre o binômio corpo e alma. Conforme destaca Bréscia (2003), Pitágoras compreendia o som não apenas como fenômeno acústico, mas como uma gramática do universo que, por meio de proporções matemáticas e combinações sonoras, possuía o poder de restaurar a harmonia interna do indivíduo. Essa visão pitagórica estabeleceu o alicerce para entender a música como um elemento estruturante da ética e do desenvolvimento humano, onde a "musicoterapia" primitiva já visava o equilíbrio e o bem-estar biopsicossocial.

Essa herança histórica permitiu que a música se consolidasse não apenas como uma das belas artes, mas como um campo de conhecimento transdisciplinar. Segundo Houaiss (apud Bréscia, 2003), a música define-se pela combinação harmoniosa e expressiva de sons, organizada segundo regras que evoluem conforme o tempo e a matriz cultural. Tal definição evidencia que a música é um organismo vivo e social, onde cada povo imprime em sua sonoridade aspectos de sua identidade e valores. Nesse sentido, ela funciona como um elo vital entre passado, presente e futuro, servindo como veículo de transmissão cultural intergeracional. No campo educacional, essa dimensão ganha uma relevância estratégica, pois a educação, entendida como processo global e permanente, deve considerar as múltiplas formas de aprendizagem. A música, nesse cenário, apresenta-se como uma linguagem universal capaz de integrar emoção e movimento, favorecendo o desenvolvimento integral da criança desde os seus primeiros anos de vida.

O aprofundamento nessa perspectiva pedagógica encontra em Gainza (1988) uma defesa vigorosa de que educar musicalmente é, sobretudo, proporcionar um crescimento pautado pela alegria e pela sensibilidade. Para a autora, a educação torna-se lacunar e mecânica quando tenta dissociar o desenvolvimento cognitivo da experiência afetiva. Gainza propõe uma pedagogia aberta, onde a musicalização na Educação Infantil não visa a formação técnica precoce de virtuosos, mas sim a constituição de sujeitos críticos e criativos que utilizam o som para interpretar o mundo. Essa visão de uma educação sensível é corroborada pelos documentos oficiais brasileiros, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que reconhece a música como linguagem integrante do com-

ponente de Arte e um direito de aprendizagem fundamental. A BNCC estabelece que, ao explorar sons e ritmos, a criança amplia sua capacidade de comunicação, tornando a musicalização uma parte constitutiva e inalienável do desenvolvimento infantil, e não um mero apêndice curricular.

De modo semelhante, o Currículo da Cidade de São Paulo e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam a importância das linguagens artísticas na formação do repertório cultural, destacando que o ensino de música deve permitir ao aluno transitar entre os papéis de ouvinte, intérprete e criador. Essa tríade pedagógica é essencial para o refinamento da percepção estética e para a construção da identidade. Sob a ótica do desenvolvimento biológico, a música estimula múltiplas áreas do cérebro simultaneamente, fortalecendo conexões neurais que favorecem o raciocínio lógico e a memória. Como afirma Brito (2004), a onipresença da música na vida humana é tamanha que ela se torna um elemento mediador das relações sociais e da auto expressão. Na Educação Infantil, essa mediação é visível na função socializadora do fazer musical: ao cantar ou tocar em conjunto, a criança exercita a alteridade e a cooperação. Conforme Estevão (2002), a associação entre som e movimento corporal é um antídoto contra a inibição, facilitando a integração escolar e a superação de dificuldades relacionais. Por fim, autores como Faria (2001) ressaltam que a música confere vida e ritmo ao ambiente educativo, transformando a rotina em uma experiência prazerosa e significativa, onde o aprendizado ocorre de forma orgânica e profundamente formadora, consolidando a música como um recurso pedagógico potente e indispensável para a dignidade da formação humana.

MUSICOTERAPIA: A MÚSICA COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO

A musicoterapia utiliza a música como instrumento terapêutico para promover saúde, desenvolvimento e qualidade de vida. Diferentemente da educação musical, que tem finalidade pedagógica, a musicoterapia estrutura intervenções com objetivos clínicos definidos, conduzidas por profissional habilitado, a partir das necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. Ao empregar sons, ritmos, melodias e harmonias de forma intencional, o musicoterapeuta estimula processos cognitivos, emocionais, motores e sociais.

Desde os tempos antigos, diferentes culturas reconheceram o poder da música sobre o corpo e a mente. Contudo, a musicoterapia consolidou-se como campo científico no século XX, quando pesquisadores passaram a investigar sistematicamente seus efeitos terapêuticos. Ao longo desse processo, estudiosos como Rolando Benenzon defenderam que cada pessoa constrói uma identidade sonora própria, formada pelas experiências auditivas vivenciadas ao longo da vida. O terapeuta, ao reconhecer essa identidade, estabelece vínculo e cria intervenções personalizadas, fortalecendo a comunicação e a expressão emocional.

A musicoterapia atua diretamente sobre o sistema nervoso, pois a música mobiliza diversas áreas cerebrais simultaneamente. Ao cantar, tocar instrumentos ou participar de experiências sonoras orientadas, o indivíduo desenvolve atenção, memória, coordenação motora e linguagem. Além disso, a prática reduz níveis de estresse e ansiedade, favorecendo o equilíbrio emocional. Esses efeitos tornam a musicoterapia especialmente relevante em contextos clínicos, hospitalares e educacionais.

Na infância, a musicoterapia assume papel significativo. A criança encontra na música um meio natural de expressão, anterior mesmo ao domínio pleno da linguagem verbal. Por meio de jogos sonoros, improvisações e atividades rítmicas, o terapeuta estimula a comunicação, fortalece vínculos afetivos e amplia a socialização. Em casos de dificuldades de aprendizagem, transtornos do desenvolvimento ou desafios emocionais, a intervenção musicoterapêutica contribui para o desenvolvimento integral, respeitando o ritmo e as potencialidades da criança.

No ambiente escolar, a musicoterapia não substitui o trabalho pedagógico, mas o complementa. Enquanto o professor promove a musicalização com foco educativo, o musicoterapeuta intervém quando há necessidades específicas relacionadas à saúde ou ao desenvolvimento global. Essa distinção é fundamental para compreender que a músi-

ca pode cumprir funções diferentes, dependendo da intencionalidade e da formação profissional de quem a conduz.

Ao integrar emoção, corpo e mente, a musicoterapia amplia as possibilidades de cuidado e intervenção. Ela transforma o som em recurso terapêutico estruturado, promove autonomia e fortalece a autoestima. Assim, reafirma o papel da música não apenas como manifestação artística, mas como instrumento de transformação humana, capaz de favorecer processos de crescimento, equilíbrio e inclusão em diferentes contextos sociais.

O Eco do Desenvolvimento: A Musicalização como Eixo Estruturante na Educação Infantil

A trajetória da música no cenário educacional brasileiro reflete um movimento de transição entre o reconhecimento artístico e a consolidação de um direito pedagógico fundamental. Historicamente, o ensino musical ocupou espaços periféricos, muitas vezes restritos a celebrações datadas ou recreação descompromissada. Contudo, o arcabouço jurídico-formativo do país evoluiu significativamente, desde a Lei nº 4.024 até a Lei nº 13.278, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) para estabelecer as artes visuais, a dança, o teatro e a música como linguagens obrigatórias do componente curricular Arte. Esse avanço legal, embora enfrente o desafio prático da necessidade de formação especializada e investimentos estruturais, reposiciona a música como um campo de conhecimento essencial. No âmbito da Educação Infantil, essa obrigatoriedade ganha contornos específicos através do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que propõe a integração da música ao cotidiano por meio de três eixos fundamentais: a produção, centrada na experimentação e improvisação; a apreciação, focada no desenvolvimento da escuta atenta e do reconhecimento de estruturas sonoras; e a reflexão, que compreende a música como uma construção histórica e cultural em constante diálogo com a sociedade.

Ao articular esses eixos, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reforçam que o ensino musical deve garantir espaço para a expressão e a comunicação, permitindo que a criança atue não apenas como ouvinte, mas como intérprete e criadora. Essa dimensão formativa é amplificada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que organiza a experiência infantil em torno de direitos como conviver, brincar e explorar. A música, situada primordialmente no campo "Traços, sons, cores e formas", atravessa transversalmente todos os demais campos de experiência, funcionando como um catalisador para a construção da identidade e da interação social. Nos objetivos de aprendizagem propostos pela BNCC, observa-se o respeito às etapas do desenvolvimento: enquanto bebês exploram sons com o próprio corpo e objetos do entorno, crianças maiores avançam para o reconhecimento de qualidades sonoras como intensidade, duração, altura e timbre. Todavia, como alerta França (2020), é imperativo que o educador evite práticas excessivamente dirigidas ou mecanizadas, que reduzem a riqueza musical a comandos repetitivos. A autora defende uma abordagem que valorize a experimentação livre e a escuta sensível, reconhecendo que mesmo crianças muito pequenas já possuem uma capacidade inata de responder a padrões sonoros e padrões culturais complexos.

Aprofundando a base teórica dessa prática, Bréscia (2003) enfatiza que o aprendizado da música amplia a atividade cerebral e favorece o desenvolvimento afetivo, integrando o indivíduo ao seu meio. Essa perspectiva é corroborada por Brito (2003), que situa os primeiros anos de vida como a janela de oportunidade mais eficaz para o entendimento da linguagem musical, visto que a criança, nesta fase, é naturalmente permeável ao lúdico. Através de histórias, dramatizações e jogos, a música deixa de ser um conteúdo estático para se tornar um momento prazeroso de descoberta. No entanto, o trabalho com a música exige intencionalidade pedagógica; conforme pontuam Copetti, Zanetti e Camargo (2011), musicalizar não é simplesmente ligar um aparelho de som, mas sim ter consciência dos objetivos educacionais que se deseja alcançar. Essa consciência deve estar alinhada às características de cada faixa etária, como descreveu Jeandot (1997): aos dois anos, a criança já é capaz de fragmentar versos e reconhecer timbres, enquanto aos três anos ela começa a coordenar movimentos rítmicos de mar-

cha e pulo, tentando adequar sua emissão vocal aos tons ouvidos.

A música, portanto, atua como um estímulo multissensorial. Segundo a perspectiva de Willems, citada por Gainza (1988), cada elemento musical ressoa em um aspecto humano específico: o ritmo induz ao movimento corporal e à coordenação motora; a melodia estimula a afetividade e o mundo das emoções; e a harmonia ou estrutura musical contribui para a organização mental e a ordem do pensamento. Nesse sentido, educar musicalmente é propiciar uma compreensão profunda da linguagem sonora através da convivência orientada. Martins (2004) amplia essa visão ao associar a música ao desenvolvimento linguístico, destacando como o contato com canções infantis e sílabas rimadas enriquece o acervo vocabular da criança, auxiliando na alfabetização e no tratamento precoce de distúrbios da fala. Para além da cognição, a dimensão emocional é ressaltada por Rose (1990), que observa na música um meio para a criança expressar sentimentos que muitas vezes ainda não consegue verbalizar. Ela funciona como um espelho da própria subjetividade, permitindo que a criança perceba seu "próprio sentir" e ganhe confiança para interagir, melhorando a autoestima de alunos tímidos e facilitando a socialização em grupo.

Silva (2021) acrescenta que o planejamento docente deve considerar o tempo de atenção das crianças, priorizando intervenções dinâmicas que transformem a música em uma experiência viva. Quando o professor assume essa postura investigativa, confeccionando brinquedos sonoros ou explorando o regionalismo e a cultura vasta do país, ele abre espaço para que a escola não apenas ensine música, mas "ensine com música". O ambiente escolar torna-se, então, um espaço de acolhimento onde a rotina é organizada de forma atrativa e o aprendizado se dá de maneira orgânica. Ao ouvir cantigas que tratam de animais, da natureza ou de emoções como medo e coragem, a criança aprende a lidar com a realidade de forma lúdica. Em suma, a musicalização na Educação Infantil é um recurso pedagógico potente que integra corpo, mente e emoção, transformando o ato de aprender em uma jornada significativa de autodescoberta e compreensão do mundo, consolidando-se como um pilar indispensável para a formação de sujeitos sensíveis, autônomos e culturalmente enriquecidos.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES: FORMAÇÃO E INTENCIONALIDADE

Teca Alencar de Brito, em Música na Educação Infantil: proposta para a formação integral da criança, sustenta que a construção de instrumentos musicais e objetos sonoros desempenha um papel vital no trabalho com crianças pequenas. Para a autora, essa prática ultrapassa a mera fabricação de itens; ela descortina a compreensão de aspectos elementares do som — como suas qualidades, princípios acústicos e o funcionamento mecânico dos instrumentos — enquanto simultaneamente instiga a pesquisa, a imaginação, o planejamento e a organização. Ao engajar-se nessa construção, a criança desenvolve, de forma prática e lúdica, a capacidade de elaborar e executar projetos complexos (BRITO, 2003).

A partir desses materiais confeccionados pelas próprias mãos, Brito (2003) vislumbra um vasto campo de experimentação: jogos de improvisação, arranjos para canções conhecidas e a sonorização de narrativas. Essa apropriação do objeto sonoro permite que a criança estabeleça uma relação profunda e significativa com a música, transformando-a de espectadora em protagonista de seu processo de aprendizagem. Essa participação ativa ecoa na formação da identidade infantil, uma vez que a música, conforme apontam Gohn e Stavracas (2010), estabelece o elo sensível entre o som e o silêncio, permitindo que o indivíduo interprete e expresse sua própria história diante do mundo.

No cotidiano da educação infantil, a musicalização atua como um catalisador do lúdico e da percepção auditiva. Ferreira e Rubio (2012) reforçam que o corpo atua como o principal instrumento de comunicação da criança; por meio de gestos e expressões, ela constrói significados e interage com o meio. A música, portanto, potencializa essa expressão corporal, integrando movimento, emoção e sensibilidade. Além do desenvolvimento motor, a prática coletiva — como o canto em grupo — fortalece a segurança emocional e a socialização, pois a criança

passa a se perceber como parte indispensável de um todo (PINTO, 2009).

Entretanto, tamanhas contribuições exigem, obrigatoriamente, planejamento e intencionalidade pedagógica. Sem objetivos claros, a atividade musical corre o risco de se tornar mecânica, esvaziando seu potencial formativo. Godoi (2011) alerta para o perigo de práticas repetitivas que utilizam a música apenas como ferramenta de organização de rotina (como "músicas de guardar o brinquedo"), sem oferecer uma experiência estética real. O ensino musical genuíno deve transcender a repetição de cantigas; ele precisa promover espaços de criação, reflexão e escuta crítica.

Apesar dessa relevância, a música ainda enfrenta uma existência marginal nos currículos escolares. Loureiro (2003) observa que poucas instituições estruturam a disciplina adequadamente, limitando-a muitas vezes ao ato de cantar de forma inconsciente ou a apresentações em datas comemorativas. Para reverter esse cenário, a formação docente e a intencionalidade pedagógica surgem como pilares centrais. O professor deve compreender a música em suas diversas formas culturais para integrá-la ao currículo, mas a realidade revela que muitos profissionais carecem de formação específica ou continuada na área.

Torres (1998) argumenta que o educador — seja ele especialista ou generalista — deve ser capaz de arquitetar situações que favoreçam experiências musicais autênticas. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) corrobora essa visão, reiterando que o professor deve respeitar as etapas de desenvolvimento e a diversidade cultural de cada aluno. Assim, a música deixa de ser um acessório recreativo para se tornar uma linguagem essencial ao desenvolvimento integral, capaz de ampliar a compreensão de outros conteúdos e potencializar múltiplas habilidades (GODOI, 2011).

Nesta perspectiva, Brito (2010) enfatiza a urgência de se instaurar espaços de experimentação onde a criança, enquanto "sujeito brincante", possa inventar ritmos e explorar materiais. A confecção de instrumentos, inclusive, promove um diálogo interdisciplinar com a educação ambiental ao reaproveitar materiais recicláveis, conectando a arte à consciência ecológica (BRITO, 2003). Pedagogicamente, Brito (2003) contrapõe a visão tradicionalista — baseada na reprodução técnica — à concepção construtivista, que valoriza a pesquisa sonora e a expressão livre.

Sob a ótica do desenvolvimento humano, Vygotsky (2007) demonstra que o aprendizado molda as funções psicológicas superiores. Ao estimular a memória, a atenção e a interação, a música acelera esse processo, enquanto fortalece a competência social e a cooperação (BASTIAN, 2011). Historicamente, o Brasil oscilou entre o tecnicismo e abordagens mais inclusivas de experimentação (FONTERRADA, 1993), mas Libâneo (1987) ainda adverte sobre a reprodução de práticas baseadas apenas no senso comum.

Em suma, ressignificar a educação musical exige abandonar o entretenimento vazio em favor de uma metodologia fundamentada. Quando o educador planeja com intencionalidade, a música transforma-se em uma ferramenta potente, capaz de lapidar a sensibilidade, a autonomia e a consciência social da criança, garantindo-lhe uma formação verdadeiramente integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da compreensão de que o conhecimento científico não se encerra em si mesmo. Ao contrário, cada investigação abre novos caminhos e suscita outras reflexões. Nesse sentido, o presente estudo buscou analisar a importância da música na educação infantil como base para a aprendizagem e para o desenvolvimento integral da criança.

O objetivo central consistiu em compreender as contribuições da musicalização nos anos iniciais da escolarização, destacando suas possibilidades no desenvolvimento cognitivo, motor, emocional e social. A partir de revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem a linguagem musical na infância, foi possível identificar que a música ultrapassa o caráter recreativo e assume papel estruturante no processo educativo.

A motivação para esta pesquisa surgiu de experiências práticas vivenciadas na educação infantil e foi aprofundada ao longo da formação acadêmica em Pedagogia. Os

estudos analisados evidenciam que a musicalização favorece múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil, estimulando memória, atenção, criatividade, coordenação motora, ampliação do vocabulário e habilidades de interação social. Além disso, contribui para o fortalecimento da autoestima, da sensibilidade e da expressão corporal.

Constatou-se que a música, quando planejada com intencionalidade pedagógica, amplia as possibilidades de aprendizagem e promove experiências significativas. Ela não deve ser utilizada apenas como recurso disciplinador ou elemento de preenchimento da rotina escolar, mas como linguagem que integra e potencializa o currículo de forma interdisciplinar. Ritmos, sons e canções favorecem a concentração, o raciocínio lógico, a percepção espacial e a construção de conhecimentos em diferentes áreas, inclusive na linguagem e na matemática.

Outro aspecto relevante refere-se à socialização. A prática musical coletiva fortalece o senso de cooperação, pertencimento e respeito às diferenças, elementos essenciais na formação integral da criança. Ao cantar, criar e experimentar sons, a criança constrói significados, desenvolve autonomia e amplia sua relação com o mundo.

Apesar das evidências apresentadas pelos teóricos estudados, ainda há desafios a serem superados, especialmente no que se refere à valorização da música nos currículos escolares e à formação docente. Torna-se imprescindível que o professor se reconheça como mediador cultural e compreenda a música como área de conhecimento capaz de transformar práticas pedagógicas e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

A educação infantil exige um olhar atento às especificidades da infância, respeitando a subjetividade, o ritmo e as etapas do desenvolvimento. Nesse contexto, a música se apresenta como instrumento potente para integrar o cuidar e o educar, promovendo experiências que articulam emoção, cognição e cultura.

Conclui-se, portanto, que a música constitui uma aliada essencial na educação infantil. Sua presença na escola favorece o desenvolvimento global da criança e amplia as possibilidades de formação humana. Ao incorporá-la de forma consciente, planejada e sensível, o educador contribui para a construção de sujeitos mais criativos, empáticos, críticos e socialmente participativos.

Espera-se que este trabalho incentive novas pesquisas e reflexões sobre a musicalização na infância, fortalecendo práticas pedagógicas que reconheçam a música como elemento fundamental na formação integral das crianças.

REFERÊNCIAS

BASTIAN, Hans Günther. Música na escola: a contribuição do ensino da música para o desenvolvimento das competências sociais e cognitivas. Porto Alegre: Penso, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 27 dez. 1961.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 ago. 2008.

_____. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394/1996, referente ao ensino da Arte. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 3 maio 2016.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasí-

lia, DF: MEC/SEF, 1998. 3 v.

BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. Campinas: Átomo, 2003.

BRITO, Teca Alencar de. Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical. São Paulo: Peirópolis, 2010.

_____. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003.

_____. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. 2. Ed. São Paulo: Peirópolis, 2010.

ESTEVÃO, Vânia Maria. A música na escola: uma proposta interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2002.

FARIA, Márcia Regina. A música, a criança e a aprendizagem. São Paulo: Loyola, 2001.

FERREIRA, J. S.; RUBIO, J. A. S. A importância da música na educação infantil. Revista Eletrônica Saberes Acadêmicos, n. 13, p. 1-15, 2012.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTERRADA, Marisa Trench de Oliveira. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 1993.

FRANÇA, Cecília Cavalieri. Educação musical na infância: reflexões e práticas contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

GAINZA, Violeta Hemsy de. Fundamentos, materiais e técnicas da educação musical. São Paulo: Summus, 1988.

GODOI, Marcos Roberto. Educação Musical na Educação Infantil: entre o lúdico e o técnico. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GOHN, Daniel Marcondes; STAVRACAS, Isaura. Educação musical na contemporaneidade: propostas e reflexões. São Paulo: Moderna, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1987.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. Campinas: Papirus, 2003.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias. Didática do ensino de arte: a língua do mundo. São Paulo: FTD, 2004.

PIAGET, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

PINTO, T. P. A música na educação infantil. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Currículo da Cidade: Educação Infantil. São Paulo: SME, 2019.

SILVA, [Nome completo]. A música na educação infantil: práticas pedagógicas e desafios contemporâneos. [Local: s.n.], 2021.
SOUSA, J.; VIVALDO, M. A música como elemento cultural na formação infantil. Revista Educação, [s. l.], 2010.

TORRES, Maria Cecília de Araújo. A música na formação do educador infantil. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.